

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

1. OBJETIVO

1.1. A presente Política de Gestão de Risco (“Política”) tem por objetivo descrever a estrutura e metodologias utilizados pela **ASAROCK ASSET MANAGEMENT LTDA.** (“**GESTORA**”) na gestão dos riscos dos fundos de investimento e carteiras administradas sob sua gestão, em linha com o estabelecido pela Resolução CVM n.º 021/2021.

1.2. A presente Política tem como objetivo monitorar a exposição aos fatores de risco inerentes aos investimentos realizados a partir da análise das informações periódicas dos Veículos, seus limites e volatilidade dos ativos em relação à exposição aos mercados, considerando a relação dos mesmos com os cenários apresentados, buscando identificar os potenciais eventos que possam vir a afetar os resultados da GESTORA e dos Veículos.

1.3. Nesta Política estão relacionados os critérios e parâmetros utilizados para gerenciamento dos tipos de riscos e seus pontos de controle.

1.4. A GESTORA possui métodos para gerenciamento dos riscos apontados nesta Política, sendo que a administração de risco tem como valor principal a transparência e a busca à adequação às políticas de investimentos e conformidade à legislação vigente. Os riscos que os Veículos podem incorrer são controlados e avaliados pela equipe da Diretoria de Risco, a qual está totalmente desvinculada da área de investimentos. Embora o gerenciamento de riscos seja bastante adequado, este não constitui garantia e, portanto, não elimina a possibilidade de perda para os Veículos e para o investidor.

2. RESPONSABILIDADE

2.1. A coordenação direta das atividades relacionadas a esta Política é uma atribuição do Diretor responsável pela Gestão de Risco da GESTORA em seu Formulário de Referência e Contrato Social, na qualidade de diretor estatutário (“Diretor de Risco”).

2.2. O Diretor Risco poderá contar, ainda, com outros Colaboradores para as atividades e rotinas de gestão de risco, com as atribuições a serem definidas caso a caso, a depender da necessidade da GESTORA, em razão de seu crescimento e de acordo com a senioridade do Colaborador.

2.3. Os Colaboradores que desempenharem as atividades de risco formarão a Equipe de Risco, sob a coordenação do Diretor de Risco, sendo certo que não atuarão em atividades relacionadas à gestão de recursos da GESTORA. O Organograma completo consta do Anexo I a esta Política.

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	1 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

2.4. O Diretor de Risco deverá sempre verificar o cumprimento desta Política e apresentar ao Comitê de Risco, formado pelo Gestor, Diretoria de Risco e Diretoria de Compliance e demais membros da Equipe de Compliance e Risco, para a análise dos parâmetros atuais de risco das carteiras. Também devem ser discutidos e aprovados os limites de crédito.

2.5. A GESTORA deverá preparar e manter versões atualizadas desta Política em seu website www.asarock.com, juntamente com os seguintes documentos:

Políticas a serem divulgadas no site:

1. Formulário de Referência, cujo conteúdo deve refletir o Anexo E da Resolução CVM 21/2021;
2. Código de Ética e Conduta;
3. Política de Compliance e Controles Internos;
4. Política de Investimentos Pessoais (Compra e Venda de Valores Mobiliários);
5. Política de Gestão de Riscos;
6. Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez;
7. Política de Rateio e Divisão de Ordens;

Políticas a que devem ser mantidas atualizadas:

1. Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e KYC;
2. Política de Gestão de Riscos de Terceiros;
3. Política de Voto
4. Política de Segurança da Informação e Cibernética.
5. Política de Seleção e Alocação de Ativos;
6. Plano de Continuidade de Negócios;
7. Política de Certificação e Educação Continuada;

2.6. As diretrizes estabelecidas nesta Política, a decisão das métricas e ferramentas de controle a serem utilizadas bem como os procedimentos no caso de verificação de qualquer inobservância ficam a cargo do Comitê de Risco.

2.7. O Comitê de Risco deve se reunir trimestralmente ou de forma extraordinária, caso entenda necessário, sendo que suas decisões serão formalizadas em ata ou e-mail e mantidas arquivadas, disponíveis aos órgãos reguladores, por no mínimo 5 (cinco) anos.

2.8. Além das funções descritas acima, o Comitê de Risco é o órgão interno competente para definição/revisão dos limites de riscos (modalidades de ativos e emissores) e das regras e parâmetros utilizados para gerenciamento de riscos, com base, principalmente, nos relatórios produzidos pela Equipe de Compliance e Risco. Dessa forma, caso o Gestor, Diretor de Compliance e de Risco identifique uma

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	2 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

necessidade extraordinária de revisão de limites ou redefinição de métricas e parâmetros, por conta de fatores internos ou externos, deverão convocar imediatamente reunião extraordinária do Comitê de Risco para tratar do tema.

2.9. Sem prejuízo, cabe ressaltar que o controle e monitoramento do risco de mercado também é parte do processo de gestão e decisão de investimento, tendo em vista a análise qualitativa dos ativos realizada pela Equipe de Gestão, sendo, portanto, uma obrigação compartilhada do Diretor de Gestão, conforme definido no Formulário de Referência da GESTORA e do Diretor de Compliance, e Diretor de Risco.

2.10. Ademais, o Diretor de Compliance, o Diretor de Risco e a Equipe de Compliance e Risco devem atuar de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências ao Diretor de Gestão e à Equipe de Gestão frente a eventuais desenquadramentos de limites normativos e aqueles estabelecidos internamente.

2.11. Todos os limites de risco de cada Veículo sob gestão da GESTORA constarão expressamente do respectivo Regulamento do contrato de carteira administrada, conforme o caso.

2.12. Nos documentos dos Veículos deverá sempre constar disposição esclarecendo que a política de gestão de riscos aqui estabelecida, embora adequada às regras da regulamentação e auto regulamentação aplicáveis às atividades da GESTORA, não constitui garantia completa de eliminação da possibilidade de perda para os Veículos e para os investidores.

2.13. Com o objetivo de monitorar a exposição aos riscos das carteiras dos Veículos, o Diretor de Risco produzirá relatórios mensal, tomando por base os parâmetros descritos na presente Política, bem como aqueles estabelecidos pelo Comitê de Risco. Tais relatórios de exposição a risco devem ser encaminhados ao Diretor de Gestão e à Equipe de Gestão mensalmente.

3. MONITORAMENTO E FLUXO DE INFORMAÇÕES

3.1. A Equipe de Risco realiza um monitoramento diário, após o fechamento dos mercados de cada dia, em relação aos principais riscos relacionados aos Veículos. Com o auxílio de planilhas em Excel e dos sistemas contratados e sob supervisão do Diretor de Risco, são gerados relatórios diários de exposição a riscos para cada Veículo, os quais refletirão, também, os enquadramentos constantes dos regulamentos dos fundos de investimento ou daqueles descritos nos contratos de carteira administrada.

3.2. Caso algum limite objetivo seja extrapolado, o Diretor de Risco notificará imediatamente o Diretor

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	3 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

de Gestão e a Equipe de Gestão para que realizem o reenquadramento a partir da abertura dos mercados do dia seguinte.

3.3. Sem prejuízo do disposto acima, o Diretor de Risco poderá realizar uma análise subjetiva da concentração das carteiras e, caso identifique um risco relevante, deverá solicitar a realização de reunião extraordinária do Comitê de Risco para tratar do tema ou informar imediatamente ao Diretor de Gestão, podendo, inclusive, sugerir a adoção de um plano de ação para mitigação do referido risco.

3.4. Nas reuniões periódicas do Comitê de Risco, os relatórios produzidos pelo Diretor de Risco são analisados e, se necessário, novas métricas e parâmetros de gestão de riscos serão definidas.

3.5. Na inobservância de qualquer dos procedimentos aqui definidos, bem como na identificação de alguma situação de risco não abordada nesta Política, o Diretor de Risco deverá realizar a convocação de reunião extraordinária e submeter a questão ao Comitê de Risco, e reunir-se imediatamente com o Diretor de Gestão, com o objetivo de:

- (i) receber da Equipe de Gestão as devidas justificativas a respeito do desenquadramento ou do risco identificado;
- (ii) estabelecer um plano de ação que se traduza no ponto de enquadramento das carteiras dos Veículos aos limites previstos em seus documentos regulatórios ou nessa Política vigente; e
- (iii) avaliar a necessidade de eventuais ajustes aos procedimentos e controles adotados pela GESTORA.

3.6. Em quaisquer casos, o Diretor de Risco está autorizado a ordenar a compra/venda de posições para fins de reenquadramento das carteiras dos Veículos.

3.7. Os eventos mencionados acima, a serem abordados nas reuniões do Comitê de Risco, deverão também ser objeto de **reprodução** no Relatório **anual** de Controles Internos, apresentado até o último dia de abril de cada ano aos órgãos administrativos da GESTORA.

4. RISCOS

4.1. Face ao perfil dos investimentos alvo da GESTORA, cuja atuação é voltada para a gestão de carteiras de fundos líquidos, constituídos nos termos da Resolução CVM n.º 175/22. O processo de avaliação e gerenciamento de riscos permeia todo o processo de decisão de investimento.

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	4 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

4.2. Risco de Mercado

A GESTORA utiliza a plataforma Dimensa para controle e monitoramento do risco de mercado.

4.2.1. O monitoramento de risco de mercado utiliza dados históricos e estatísticos para tentar prever o comportamento da economia e, conseqüentemente, os possíveis cenários que eventualmente afetem os ativos de uma carteira de investimentos.

4.2.2. A metodologia para mensuração do Risco de Mercado corresponde ao grau de incerteza quanto a resultados futuros e envolve a incerteza decorrente de mudanças nas condições de mercado. Essas mudanças são originadas por variações dos fatores de risco relevantes de cada ativo. Por fator de risco, pode-se entender qualquer fator relevante na formação do resultado e que possa ser imunizado ou “*hedgado*”.

4.2.3. Em geral, os principais fatores de risco de uma carteira de valores mobiliários são as taxas de juros pré-fixadas em moeda nacional e estrangeira, a taxa de câmbio de reais por dólar americano e os preços de ações. Outros fatores de menor relevância são a TR, o IGP-M, a TJLP e outros indexadores e moedas.

4.2.4. Para tratar o Risco de Mercado, alguns conceitos básicos devem ser entendidos primeiramente:

(i) Valor de mercado: Pode ser compreendido como sendo o valor justo de um bem na data presente, ou seja, o preço pelo qual compradores e vendedores negociam itens similares em mercado aberto. No caso de ativo de renda fixa, o valor de mercado poderá ser obtido através do valor presente do fluxo de caixa descontado pelo custo de oportunidade.

(ii) Marcação a mercado: É a representação dos fluxos de caixa futuros em um único fluxo de caixa na data presente, em moeda corrente. Assim, a marcação a mercado pode ser entendida como o processo de apuração do valor de mercado atual.

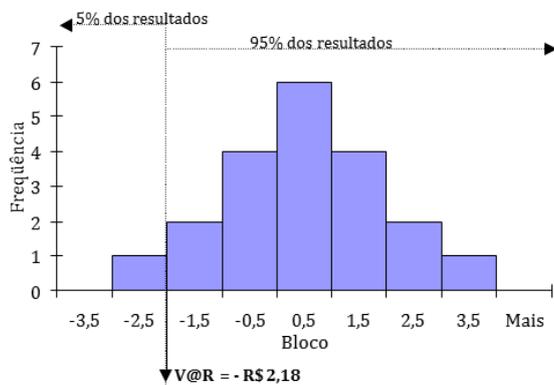
(iii) Resultado a mercado: É a diferença entre o valor de mercado atual da carteira e o valor de mercado no início do período corrigido pelo custo de oportunidade. Considerando uma LTN de 20 (vinte) dias úteis comprada a 14,00% a.a. (quatorze por cento ao ano), o resultado a mercado quando a taxa passar a 15,00% a.a. (quinze por cento ao ano) é uma perda de 0,6857 por LTN:

$$\text{Resultado a mercado} = \frac{1.000,00}{(1,15)^{\frac{20}{252}}} - \frac{1.000,00}{(1,14)^{\frac{20}{252}}} = 988,9691 - 989,6548 = -0,6857$$

4.2.5. Com base no conceito de resultado a mercado, estabelece-se o “*Value-at-Risk*” (VaR), gerando e ordenando os resultados dos “n” cenários possíveis de taxas, conforme o histograma abaixo:

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	5 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO



4.2.6. É responsabilidade da Equipe de Risco, liderada pelo Diretor de Risco, enquanto área independente da Equipe de Gestão, atuar de forma preventiva e constante para alertar, informar e solicitar providências ao Diretor de Gestão e à Equipe de Gestão frente a eventuais desenquadramentos de limites de ativo ou conjunto de ativos dos Veículos, tudo de acordo com as políticas e manuais da GESTORA, com os normativos regulatórios e auto regulatórios vigentes aplicáveis, bem como monitorar a aderência dos Veículos às determinações do Comitê de Investimento e/ou do Comitê de Risco e Compliance.

4.3. Risco de Crédito e Contraparte

4.3.1. O Risco de Crédito e Contraparte é, em termos gerais, a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

4.3.2. Aquisição de Ativos Crédito Privado

4.3.2.1. Nos termos do Ofício-Circular nº 6/2014/CVM/SIN, emitido pela CVM com o objetivo de orientar os gestores de recursos quanto a procedimentos recomendáveis na aquisição de ativos representativos de dívidas ou obrigações não soberanas (crédito privado), bem como nos termos do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros, a aquisição de títulos privados demanda tanto conhecimento específico por parte dos gestores quanto a adoção de procedimentos próprios para o gerenciamento dos riscos incorridos.

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	6 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

4.3.2.2. Todo o Risco de Crédito é reavaliado na Área de Gestão de Riscos, a qualquer momento, na ocorrência de alteração nos cenários micro ou macroeconômicos. Quando alterações destes cenários implicam em uma deterioração, por menor que seja, na capacidade de pagamento futura da contraparte, as posições são automaticamente reduzidas. Desta forma, procura-se evitar ou minimizar eventos de inadimplência.

A estrutura de Avaliação de Crédito para a Cedente de FIDC não se aplica à FIDC exclusivo ou dedicado, por se tratar de operações de único cedente ou único sacado.

Para todos os FIDC's, o Administrador emite diariamente uma base de estoque de títulos contendo detalhamento da carteira de recebíveis. A Gestora, por sua vez, realiza um procedimento de validação e processamento das análises observando fatores de risco de crédito como tipo de garantia, acompanhamento e liquidação dos Direitos Creditórios, histórico de inadimplência e grau de endividamento.

Em se tratando de Risco de Liquidez, cada ativo é analisado quanto a sua liquidez, no sentido de permitir o desmonte de posições em momentos de baixa liquidez do mercado. Assim, calculam-se quantos dias seriam necessários para liquidar uma posição em um ambiente de baixa liquidez e estipula-se a quantidade máxima de cada ativo. Por exemplo, determina-se que uma ação deve poder ser liquidada em 5 (cinco) dias, com 20% (vinte por cento) de participação no volume diário, usando-se para o cálculo do volume um período crítico do mercado.

O gerenciamento do Risco de Liquidez dos fundos considera, entre outros fatores: (i) liquidez dos ativos; e (ii) suas obrigações – incluindo depósitos de margem esperados e outras garantias, valores de resgates esperados em condições ordinárias, calculados com critérios estatísticos consistentes, e grau de dispersão da propriedade das cotas.

Assim, além do monitoramento do risco de resgate dos cotistas, é analisado também o risco de liquidação dos ativos, de forma avaliar o impacto da venda de ativos menos líquidos na capacidade de pagamento do fundo.

Por entender que os riscos se inter-relacionam, não existe uma estrutura organizacional individualizada para gestão do Risco de Liquidez dos fundos geridos, sendo que a Gestora possui uma estrutura unificada e qualificada para a gestão de todos os riscos financeiros dos fundos.

Ressalta, ainda, que a gestão do Risco de Liquidez de um fundo é uma tarefa desempenhada de forma conjunta pelo administrador e pelo gestor, haja vista que requer coordenação entre os controles de passivos (administrador) e ativos (gestor) dos fundos. Não obstante, a Gestora dedica seus maiores esforços para conhecer, no maior nível de detalhe e atualização, os controles de passivo de seus fundos.

Em um cenário regular, devido à variedade de eventos que podem interferir no Risco de Liquidez, e mais especificamente do Risco de Liquidez de resgates, não há consenso de uma fórmula específica capaz de eliminar tal risco, no entanto, a Gestora estabelece uma serie de controles e cálculos capazes de mitigar, com sucesso, a exposição ao referido risco. Um dos modelos adotados pela Gestora é o conceito de liquidez

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	7 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

de caixa (LC). Jorion define a LC como “a razão do caixa líquido sobre o potencial declínio no valor das posições que poderiam gerar necessidades de fluxo de caixa.

O “**Caixa Líquido**” é definido como o valor disponível pelo fundo, depois de liquidadas as suas posições, para pagamento dos resgates aos cotistas. O valor do Caixa Líquido pode ser influenciado tanto pela liquidez que os ativos possuem no mercado secundário, quanto pelo prazo de resgate que um determinado fundo estabelece. Isso decorre do fato de que um fundo com um período de resgate maior poderá ter mais tempo para encontrar compradores no mercado secundário para um ativo, reduzindo a perda gerada pela liquidação.

Não existe um indicador oficial de liquidez para todos os ativos negociados em um fundo, por isso a área de gestão de riscos da Gestora estabelece um *ranking* de redutores que deverão ser aplicados em todos os valores dos ativos negociados pelos fundos em função de sua liquidez no mercado secundário e do prazo do fundo.

A tabela abaixo apresenta os redutores estabelecidos pela área de gestão de riscos para aplicação nos fundos. Essa tabela deverá ser reavaliada a cada 6 (seis) meses para capturar as alterações no processo formador do mercado secundário desses ativos:

Ativo	Redutor do valor do ativo em função do prazo de cotização			
	Até 2	Entre 3 e 30	Entre 31 e 90	Acima de 90
Títulos públicos federais	1,00	1,00	1,00	1,00
Títulos privados bancários	0,98	0,99	1,00	1,00
Títulos privados não bancários com cotação na ANBIMA	0,90	0,93	0,97	1,00
Títulos privados não bancários sem cotação na ANBIMA	0,70	0,80	0,90	0,95
Ações de primeira linha	0,98	0,99	1,00	1,00
Ações de segunda linha	0,90	0,93	0,97	1,00
Fundos ICVM 555	0,95	0,97	0,99	1,00
Fundos estruturados	0,85	0,90	0,93	0,95

4.3.2.3. Com o objetivo de mitigar o Risco de Crédito nos Veículos, após a verificação da compatibilidade do crédito que se pretende adquirir com a política de investimento do Veículo e com a regulamentação em vigor, serão determinados limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado de grupo com interesse econômico comum e, quando aplicável, de tomadores ou contrapartes com características semelhantes.

4.3.2.4. Os limites de crédito atribuídos devem ter validade predeterminada e contar com

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	8 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

possibilidade de revisão antecipada em função do comportamento do tomador do crédito ou outros eventos que possam impactar na decisão de investimento inicial.

4.3.2.5. Para a definição dos limites, devem ser consideradas não só condições normais do emissor e do mercado, mas também condições estressadas com base em cenários de probabilidades e nas experiências históricas e, ainda, a qualidade das garantias, caso existam.

4.3.2.6. Além disso, a autorização de determinada operação pelo Comitê de Risco não deve ser vista como autorização automática para operações subsequentes de um mesmo emissor/devedor.

4.3.2.7. Com o objetivo de mitigar o Risco de Crédito nos Veículos, vale destacar algumas medidas adicionais adotadas pela GESTORA:

- **Custódia Qualificada:** Os Veículos contam com serviço de custódia qualificada, de forma que todas as operações de ações listadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão são liquidados junto a um único membro de liquidação. Dessa forma, é possível que a GESTORA realize a compensação das operações de venda de ativos com as operações de compra, liquidando apenas a diferença das operações e, portanto, mitigando o risco de crédito. Além disso, a escolha do membro de liquidação é feita de maneira criteriosa, privilegiando grandes participantes do mercado e com menor risco de insolvência.

- **Ativos de Crédito Privado:**

(i) Qualquer ativo que envolva risco de crédito privado nos Veículos deve ter limite previamente estabelecido para cada Veículo em seu regulamento ou contrato, conforme o caso, ou pelo Comitê de Risco. Conforme exposto acima, ao investir em ativos sujeitos a risco de crédito privado, o Comitê de Risco avaliará e definirá um limite máximo de exposição àquele emissor; e

(ii) Previamente à aquisição de operações, a GESTORA deve se assegurar de que terá pleno acesso às informações que julgar necessárias à análise de crédito para compra e para acompanhamento do ativo, incluindo, se for o caso, acesso aos documentos integrantes da operação ou a ela acessórios.

4.3.2.8. Adicionalmente, a GESTORA buscará utilizar a combinação de análises quantitativas e qualitativas. Em determinados casos, a utilização de cálculos estatísticos baseados nos índices financeiros do devedor deve ser acompanhada de uma análise, também devidamente documentada, que leve em consideração aspectos como a reputação do emissor no mercado, a existência de pendências

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	9 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

financeiras e protestos, possíveis pendências tributárias e multas e outros indicadores relevantes.

4.3.2.9. Quando for o caso, a GESTORA deve diligenciar para que ocorra a cessão perfeita e acabada de direitos creditórios adquiridos pelas carteiras, de modo a garantir total segregação jurídica entre os riscos da originadora desses direitos e o patrimônio representado por eles na emissora (*true sale* dos direitos creditórios).

4.3.2.10. Quando aplicável, os contratos de crédito devem prever cláusulas restritivas (*covenants*) tais como nível de alavancagem do devedor, índice de cobertura de juros, existência de protestos e negativações em órgãos de proteção ao crédito acima de determinado patamar, ocorrência de alterações na estrutura societária e razão mínima de garantias.

4.3.2.11. Quando se tratar de um Ativo de Crédito Privado cujo risco esteja atrelado a um projeto de desenvolvimento imobiliário, a aquisição de referido ativo deverá, dentre outras análises, considerar a viabilidade do projeto, a demanda, renda e demais riscos.

4.3.2.12. Por fim, tendo em vista as importantes questões legais envolvidas nas operações de crédito, a GESTORA deve avaliar sempre a necessidade de contratação de terceiros para verificação dos contratos que formalizam os créditos. Em casos complexos ou quando se percebe que talvez falte a expertise necessária, a análise jurídica pode ser conduzida por escritório especializado no setor.

4.3.3. Monitoramento dos Ativos Crédito Privado

4.3.3.1. São algumas das práticas constantes no Ofício-Circular nº 6/2014/CVM/SIN e no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros e adotadas pela GESTORA em relação ao gerenciamento de risco de crédito:

- levar em consideração os fluxos de caixa esperados, os prazos de pagamento de resgate e os períodos em que os resgates podem ser solicitados e manter caixa suficiente para um determinado período definido de acordo com as características dos investidores e dos investimentos da carteira dos Veículos;
- a possibilidade de se utilizar mercado secundário para venda de ativos também deve ser um fator considerado na gestão de liquidez de ativos de crédito privado; e
- se necessário, estabelecer uma taxa mínima de conversão de carteira em caixa ou um percentual

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	10 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

de liquidez imediata das transações de crédito, a ser definida pelo Comitê de Risco.

4.3.3.2. Os controles e processos da GESTORA são capazes de:

- i. fazer o cadastramento dos diferentes ativos que podem ser negociados pelos Veículos, possibilitando armazenar características desses ativos, tais como: modalidade de crédito, datas e valores de parcelas, datas de contratação e de vencimento, taxas de juros, garantias, data e valor de aquisição pelo Veículos, informações sobre o rating da operação na data da contratação, e quando aplicável, dados do cedente e dados do sacado (em operações cujo cedente não possua retenção substancial de riscos e benefícios sobre o ativo), devendo tais características ser objeto de análise pelo Comitê de Risco;
- ii. fazer a precificação com base no tipo de ativo e nos demais fatores de risco e preservar a memória de cálculo, incluindo as fórmulas e variáveis utilizadas no modelo;
- iii. projetar fluxos de caixa não padronizados, representar curvas de crédito e calcular valor presente das operações.

4.3.3.3. A GESTORA deve avaliar periodicamente a qualidade de crédito dos principais devedores/emissores dos ativos de crédito ou direitos creditórios, conforme o caso, adquiridos pelos Veículos, com periodicidade de revisão proporcional à qualidade de crédito - quanto pior a qualidade, mais curto deve ser o intervalo entre as reavaliações - e/ou à relevância do crédito para a carteira e adequado às características dos direitos creditórios, se o caso, sendo necessário documentar todas as reavaliações realizadas.

4.3.3.4. As avaliações de que trata o parágrafo acima devem ser formalizadas e ficar disponíveis para o Administrador e para a ANBIMA, sempre que solicitadas, pelos prazos previstos na regulamentação em vigor.

4.3.3.5. Ademais, nas reavaliações, deve-se monitorar a qualidade e capacidade de execução das garantias dos ativos, quando relevante, conforme abaixo.

4.3.3.6. Toda alocação a risco de crédito, quer direta ou indireta, é acompanhada e gerida continuamente, sendo parte integral da estratégia de gestão.

4.3.4. Avaliação, Aceitação, Formalização e Monitoramento de Garantias

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	11 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

4.3.4.1. Por sua vez, os critérios acima indicados serão reavaliados periodicamente, enquanto os respectivos ativos permanecerem nas carteiras dos Veículos. A periodicidade das reavaliações será determinada caso a caso pelo Comitê de Risco, com base na relevância do ativo e da garantia na avaliação do risco de crédito, não podendo tal periodicidade ser superior a 12 (doze) meses.

4.4. Risco de Liquidez

4.4.1. Para fins desta política de gerenciamento de liquidez, risco de iliquidez significa a possibilidade dos Veículos não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Veículo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade.

4.4.2. A revisão paulatina das metodologias de gerenciamento de risco de liquidez definidas nesta política de gerenciamento de liquidez deve sempre considerar a evolução das circunstâncias de liquidez e volatilidade dos mercados em função de mudanças de conjuntura econômica, bem como a crescente sofisticação e diversificação dos ativos, de forma a garantir que esses reflitam a realidade de mercado. De forma a permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários, esta política de gerenciamento de liquidez deverá ser avaliada e revista sempre que necessário ou, no mínimo, anualmente.

Princípios Gerais

4.4.3. A GESTORA, no exercício de suas atividades e na esfera de suas atribuições e responsabilidades em relação aos Veículos, desempenha suas atribuições em conformidade com a política de investimento dos referidos Veículos e dentro dos limites do seu mandato, promovendo e divulgando de forma transparente as informações a eles relacionadas, devendo empregar o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios.

4.4.4. A estratégia principal da GESTORA privilegia o investimento em ativos e derivativos de maior liquidez, por exemplo, renda variável. O processo de construção da carteira penaliza a concentração em instrumentos menos líquidos, reduzindo assim a eventual alocação final em tais ativos e derivativos.

4.4.5. São considerados princípios norteadores dessa política de gerenciamento de liquidez:

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	12 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

- (i) Formalismo: esta política de gerenciamento de liquidez representa um processo formal e metodologia definida para o controle e gerenciamento de risco de liquidez;
- (ii) Abrangência: esta política de gerenciamento de liquidez abrange todos os fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, para os quais os cotistas podem solicitar o resgate de cotas a qualquer momento.
- (iii) Melhores Práticas: o processo e a metodologia descritos na presente política de gerenciamento de liquidez estão comprometidos com as melhores práticas do mercado;
- (iv) Comprometimento: a GESTORA possui o comprometimento em adotar políticas, práticas e controles internos necessários ao gerenciamento de risco de liquidez;
- (v) Equidade: qualquer metodologia ou decisão da GESTORA deve assegurar tratamento equitativo aos cotistas;
- (vi) Objetividade: as informações a serem utilizadas no processo de gerenciamento de risco de liquidez devem ser preferencialmente obtidas de fontes independentes;
- (vii) Frequência: o gerenciamento de risco de liquidez deve ser realizado em período regular, no mínimo semanalmente; e
- (viii) Transparência: a presente política de gerenciamento de liquidez deve ser registrada na ANBIMA em sua forma mais atualizada.

4.4.6. O Risco de Liquidez é observado a partir da possibilidade de o Veículo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de o Veículo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Metodologia de Controle de Liquidez e Cálculo por Tipo de Ativo

4.4.7. O controle da liquidez dos ativos inseridos nas carteiras dos Veículos é realizado por meio de sistemas proprietários e planilhas, com base na média do volume de negociação diária e comparado com

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	13 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

o tamanho total dos ativos individuais. De acordo com suas características, os Veículos devem operar com montante suficiente da posição diária em caixa ou ativos extremamente líquidos.

4.4.8. O tratamento dos ativos utilizados como margem, ajustes e garantias considera, no mínimo, os seguintes aspectos: liquidez dos ativos, participação de cada ativo nos Veículos e expectativa da GESTORA em relação à manutenção dos ativos em carteira.

4.4.9. Será estabelecido um limite máximo de resgate esperado para cada Veículo. O percentual do patrimônio líquido de cada Veículo que pode ser liquidado até a respectiva data de cotização, com base no número de dias necessários para a liquidação de cada posição, deve ser sempre superior a esse limite.

4.4.10. O perfil do passivo de cada Veículo é composto, mas não se limitando, por encargos como despesas de corretagem, custódia, auditoria, consultoria legal, impostos, taxa de administração, entre outros, além de pagamento de resgates e compras de ativos.

Para garantir que os parâmetros definidos sejam cumpridos, o monitoramento das ações das companhias investidas é feito por meio de planilhas em Excel desenvolvidas internamente ou por sistema proprietário que, dentre outras funções, monitora diariamente a composição do portfólio, a liquidez do portfólio agregado (todos os fundos de investimento geridos) e das posições individualmente.

4.4.11. O gerenciamento de liquidez é realizado diariamente, com base em tamanho de posições, limites de exposição setoriais e determinados grupos de risco. A GESTORA buscará operar com no mínimo 1% (um por cento) da posição diária em caixa ou ativos extremamente líquidos. Não obstante, poderão ser definidos parâmetros diversos, a depender do caso, os quais serão formalizados nos documentos competentes.

4.4.12. A GESTORA investe o valor em caixa dos Veículos em títulos públicos, em operações compromissadas de 1 (um) dia (lastreadas em títulos públicos) ou em cotas de fundos de investimento que investem exclusivamente em títulos públicos.

4.4.13. Para o investimento em cotas de fundo é considerada a liquidez estabelecida no regulamento do fundo investido. Para as operações compromissadas, como há compromisso de recompra, a liquidez é diária (D+0).

4.4.14. O caixa em conta corrente é considerado 100% (cem por cento) líquido, ou seja, sua liquidez é diária (D+0).

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	14 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

4.4.15. A GESTORA monitora diariamente o montante do portfólio que é investido em títulos públicos ou em cotas de fundos que investem em títulos públicos. Além disso, também é feito pela Equipe de Gestão o acompanhamento das negociações dos títulos públicos no mercado secundário, para que seja possível monitorar e garantir a liquidez definida para o ativo em questão.

4.4.16. A GESTORA faz controle diário do caixa utilizando ferramentas internas, como também informações fornecidas diariamente pelos administradores dos fundos de investimento sob sua gestão. Este controle é feito em grande parte pelos respectivos administradores de cada fundo.

Situações Especiais de Iliquidez

4.4.17. O risco de liquidez pode ser majorado em situações especiais de iliquidez, relacionadas a fatores sistêmicos ou eventos específicos de cada ativo. A GESTORA, nestas situações, manterá uma maior participação do patrimônio líquido de cada Veículo em ativos de maior liquidez e realizará, com a periodicidade necessária, o controle e o gerenciamento da liquidez de cada ativo.

4.5. Risco de Concentração

4.5.1. Risco de perdas em decorrência da não diversificação dos investimentos realizados pelas carteiras dos Veículos, ou seja, a concentração em ativos de 1 (um) ou de poucos emissores, modalidades de ativos ou setores da economia.

4.5.2. Com o objetivo de monitorar o Risco de Concentração na carteira dos Veículos, o Diretor de Risco produz relatórios mensais de exposição a risco das carteiras de cada Veículo, tomando por base os parâmetros estabelecidos pelo Comitê de Risco.

4.5.3. Conforme acima exposto, tais relatórios de exposição a risco devem ser encaminhados ao Diretor de Gestão e à Equipe de Gestão.

4.5.4. A GESTORA evita a concentração excessiva, podendo o Comitê de Risco estabelecer limites máximos de investimento em 1 (um) único ativo, considerando seu valor de mercado, ou determinado setor do mercado.

4.5.5. Não obstante, vale destacar que algumas carteiras dos Veículos podem ter estratégias específicas de concentração em poucos ativos ou emissores, não se aplicando o disposto no parágrafo acima.

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	15 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

4.6. Riscos relacionados à atividade da GESTORA

4.6.1. Risco Operacional

4.6.2. Ocorre pela falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, ou de falhas nos controles internos. São riscos advindos da ocorrência de fragilidades nos processos, que podem ser gerados por falta de regulamentação interna e/ou documentação sobre políticas e procedimentos, que permita eventuais erros no exercício das atividades, podendo resultar em perdas inesperadas.

4.6.3. O risco operacional é tratado através de procedimentos frequentes de validação dos diferentes sistemas existentes em funcionamento na GESTORA, tais como: programas computacionais, sistema de telefonia, internet, entre outros. As atividades de controle operacional desenvolvidas consistem no controle e boletagem das operações, cálculo paralelo de cotas dos fundos sob sua gestão, acompanhamento da valorização dos ativos e passivos que compõem as carteiras administradas, efetivação das liquidações financeiras das operações e controle e manutenção das posições individuais de cada investidor.

4.6.4. Além disso, a GESTORA conta com Plano de Contingência e Continuidade de Negócios que define os procedimentos que deverão ser seguidos pela GESTORA, no caso de contingência, de modo a impedir a descontinuidade operacional por problemas técnicos. Foram estipuladas estratégias e planos de ação com o intuito de garantir que os serviços essenciais da GESTORA sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um imprevisto ou um desastre.

4.6.5. Risco Legal

4.6.6. Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Instituição e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Instituição.

4.6.7. Risco de Imagem

4.6.8. Decorre da publicidade negativa, verdadeira ou não, em relação à prática da condução dos

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	16 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

negócios da Instituição, gerando declínio na base de clientes, litígio ou diminuição da receita.

4.6.9. A GESTORA vislumbra nos meios de comunicação um canal relevante de informação para os diversos segmentos da sociedade e está aberta a atender suas solicitações, sempre que isso for possível e não existirem obstáculos legais ou estratégicos, que serão explicitados aos jornalistas quando ocorrerem.

4.6.10. Para mitigar o risco de imagem, a comunicação com os meios de comunicação será supervisionada pelo Diretor de Risco, que poderá delegar essa função sempre que considerar adequado.

4.6.11. Risco Sistêmico

4.6.12. Decorre de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras instituições, ou uma ruptura na condução operacional de normalidade do sistema financeiro em geral.

4.6.13. Controle de Operações, Alocações, Corretagem e Aluguel

4.6.14. Diariamente, após o fechamento do mercado, a Equipe de Compliance e Risco confere todas as operações e posições das carteiras com as corretoras e administradores. No caso de alguma operação ocorrer para mais de um Veículo, a alocação de cada operação entre os mesmos será feita sempre pelo preço médio executado no dia.

5. REVISÃO DA POLÍTICA E TESTES DE ADERÊNCIA

5.1. Esta Política deve ser revista, no mínimo, anualmente levando-se em consideração:

- (i) mudanças regulatórias;
- (ii) eventuais deficiências encontradas;
- (iii) modificações relevantes nos Veículos; e
- (iv) mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da GESTORA.

Esta Política poderá ser também revista a qualquer momento, sempre que a Equipe de Compliance e Risco, por meio de seu Comitê de Risco, entender relevante.

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	17 de 18

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

5.2. A revisão desta Política tem o intuito de permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários e aprimorar controles e processos internos.

5.3. Anualmente, o Diretor de Risco deve realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos ou definidos pelo Comitê de Risco. O Diretor de Risco terá total autonomia para proceder com o tanto necessário para ajustar as falhas na aderência às metodologias, bem como as metodologias eventualmente defasadas ou defeituosas. Dentre as medidas que podem ser adotadas estão: promoção de treinamentos específicos para Colaboradores que não estejam desempenhando da forma adequada e elaboração de novos controles proprietários.

5.4. Os resultados dos testes e revisões deverão ser objeto de discussão no Comitê de Risco e eventuais deficiências e sugestões deverão constar no relatório anual de compliance e riscos, apresentado até o último dia de janeiro de cada ano aos órgãos administrativos da GESTORA.

6. Comitê de Risco:

Membros: Diretor de Risco, Diretor de Compliance, Diretor de Administração de Carteiras, Analista de Compliance e Risco

Periodicidade: Trimestral ou sempre que necessário.

Atribuição: responsável pelo controle e monitoramento de riscos, responsabilidade de implementação dos procedimentos para identificar e acompanhar a exposição das carteiras aos variados tipos de riscos, os métodos de precificação dos ativos, os profissionais envolvidos e a periodicidade de revisão das políticas sob sua responsabilidade.

Registro de suas decisões: Ata.

Poder de Veto: Diretor de Risco.

Edição	Emissão	Revisão	Aprovação	Página
2ª	Abril/2024	Abril/2025	Diretoria	18 de 18